

# LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2022 EDIÇÃO Nº 33 | ANO 3 | 9.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

## Reconhecimento facial moderniza votações

**Páginas 4 e 5.** Tecnologia oferece controle de acesso ao e-Legis Plenário, facilita a participação dos deputados e o gerenciamento das sessões na AL



### PRODUTIVIDADE. 2 E 3

Deputados apresentam 149 leis no primeiro semestre

### CERTAME. 6 E 7

Concurso público da AL tem inscrições abertas

### EDUCAÇÃO. 13

Escola da Assembleia oferta vagas para estudos em Lisboa



# ALRN mantém alta produtividade e apresenta 149 projetos de lei

*Entre as matérias deliberadas até 23 de junho, 139 proposições foram sancionadas pelo Governo do Estado*

O primeiro período legislativo do ano em curso revela uma boa produção da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Até o momento, os deputados apresentaram 149 projetos de leis, entre ordinárias e complementares. Os projetos de destaque passam por reestruturações de cargos e reajustes salariais de importantes órgãos públicos do Estado.

No cenário de saída das restrições impostas pela pande-

mia da Covid-19, a retomada dos trabalhos presenciais no âmbito do Poder Legislativo, em que pese a continuidade do formato híbrido de deliberação no Plenário, tornou possível o acesso do público às dependências do Palácio José Augusto, sede localizada na Cidade Alta, na Zona Leste de Natal.

Até o momento, já foram discutidas matérias importantes para o Estado, como o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Poder Judi-

ciário, de autoria do próprio Tribunal de Justiça do RN; o reajuste dos vencimentos dos Cargos de Professor e Especialista em Educação do Governo do Estado; além da instituição do plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Professores do Ensino Superior da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN).

"Nesse mesmo semestre, foi planejada e implementada a reestruturação do Painel do Plenário, com a criação de pro-

grama produzido pela Assembleia Legislativa para acompanhar todas as fases da Sessão, objetivando melhor integrar e acompanhar as atividades parlamentares. A medida, inclusive, permitiu a instalação de computadores nas bancadas do Plenário, o que possibilita maior dinâmica e interatividade dos deputados ao longo dos trabalhos legislativos" reforçou a diretora legislativa, Tatiana Mendes.

Outra inovação que merece

destaque é a disponibilização, por meio do link <<http://www.al.rn.gov.br/leisestaduais>>, da Legislação Estadual devidamente compilada e consolidada. A iniciativa buscou permitir, em um local de fácil e rápido acesso, a consulta ao corpo legislativo do Estado, com um banco de dados seguro e que já conta com mais de 6.600 leis publicadas, referentes ao período de 1971 a 2022.

Mais uma das iniciativas para aprimoramento da ges-

tão do Poder Legislativo com foco em atender às necessidades da sociedade potiguar, a ferramenta apresenta ainda mecanismos que facilitam encontrar a legislação, como o acesso rápido às leis mais pesquisadas, o acesso às leis mais recentes e o número de leis publicadas em determinado espaço de tempo.

Quanto aos números produzidos, de acordo com os arquivos da Divisão de Documentação e Informação da Diretoria Legislativa, até o dia 23 de junho deste ano, foram apresentados pelos parlamentares 126 Projetos de Lei Ordinária e 23 Projetos de Lei Complementar, totalizando 149; além disso, foram apresentados 10 Projetos de Resolução; 2 Projetos de Decreto Legislativo, 1 Proposta de Emenda Constitucional e 1.245 Requerimentos.

Entre as matérias deliberadas, foram preparados e encaminhados ao Poder Executivo 154 autógrafos, dentre os quais 139 proposições foram sancionadas pelo Governo do Estado e 10 restaram promulgadas pelo Poder Legislativo. Trata-se de número maior que o observado no mesmo período do ano passado, no qual 125 proposições foram sancionadas.

Ainda assim, às matérias discutidas e aprovadas pelo Poder Legislativo foram acostados 11 vetos integrais ou parciais, que serão apreciados pelos deputados para fins de manutenção ou derrubada das razões do veto.

## Proposituras apresentadas em 2022

LEIS ORDINÁRIAS .....	126
LEIS COMPLEMENTARES .....	23
RESOLUÇÕES .....	10
DECRETOS LEGISLATIVOS.....	02
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	01
REQUERIMENTOS.....	1.245



Diretora legislativa Tatiana Mendes e parlamentares



Deputados apresentaram 1.245 requerimentos



Tecnologia faz parte do novo processo de votação na Casa

# Reconhecimento facial garante segurança em votações na ALRN

*Tecnologia chega junto do novo layout do painel eletrônico, que facilita o acompanhamento das fases da sessão*

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte inaugurou, no último dia 21 de junho, o novo processo de votação presencial, utilizando o reconhecimento facial como controle de acesso ao e-Legis Plenário. Esta função aumenta o nível de segurança do sistema, porém, não é única ou obrigatória, uma vez que ainda é possível realizar o acesso através do método convencional. A tecnologia chega junto do novo layout do painel eletrônico, que facilita o acompanhamento de todas as fases da sessão.

O presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado estadual Ezequiel Ferreira (PSDB), destacou a expansão do trabalho de modernização

da Casa. “Inauguramos o reconhecimento facial de segurança biométrica para que os parlamentares confirmem sua identidade através da análise de suas características físicas. Nossa equipe do setor de Gestão de Tecnologia, com a excelência no trabalho, através da criação de sistemas e softwares premiados em todo Brasil, apresenta mais uma novidade que é motivo de muito orgulho para toda a nossa equipe”, destacou.

De acordo com o diretor de Gestão de Tecnologia da Assembleia Legislativa, Mário Sérgio Gurgel, esse é o “terceiro momento do plenário”. E explica: “O primeiro aconteceu antes da pandemia. O segundo foi durante a pandemia, quan-

do desenvolvemos o Sistema de Deliberação Remota (SDR), e o atual, o retorno com a modernização do plenário presencial, deixando-o híbrido e permitindo ao deputado ter o mesmo acesso ao sistema como se estivesse na modalidade presencial”.

A nova aplicação facilita o gerenciamento da sessão, registrando todo o andamento da sessão no painel e no sistema. “Essa tecnologia do reconhecimento facial é relativamente nova e a equipe se dedicou para colocar essa facilidade de acesso para os parlamentares, tudo interligado ao e-Legis”, frisou o coordenador de gestão de projetos e desenvolvimento de sistemas, Stefano Rozemberg Frei-

re da Silva.

**PRÓXIMOS PASSOS.** A próxima fase da modernização da gestão da atividade legislativa na Assembleia do RN será a implantação da tecnologia do reconhecimento facial no setor das comissões permanentes. “Todas as comissões vão ter, num curto espaço de tempo, tudo isso disponível. Representando um aumento de eficiência nos processos legislativos”, frisou Mário Sérgio Gurgel.

Essa inovação foi permitida após a atualização dos equipamentos utilizados na instituição. Os novos equipamentos chegaram em março deste ano e foram adquiridos através de licitação e atenderão todos os

setores, inclusive o plenário, atualizando a Casa Legislativa pelos próximos anos. Além de novos computadores, foram adquiridos notebooks, servidores de internet e storage (equipamento voltado para armazenar dados), oferecendo mais poder de processamento, armazenamento e segurança aos processos.

## Legis Vídeo, “braço” do sistema e-Legis, chega ao interior de São Paulo

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Ezequiel Ferreira (PSDB), assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Câmara Municipal de Bauru (SP), para que o legislativo municipal tenha acesso à ferramenta desenvolvida pela equipe de Tecnologia da Informação da ALRN, o sistema Legis Vídeo, uma das aplicações do sistema e-Legis, que disponibiliza à população vídeos da produção Legislativa.

Para o presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira, fazer esta parceria é uma satisfação. “Quando assumimos a presidência da Casa, fizemos um planejamento estratégico que tinha alguns pilares, entre eles o incremento e valorização dos servidores. Isto rendeu frutos, ganhamos prêmios de gestão. Hoje temos boas ferramentas e softwares desenvolvidos pelos servidores e fizemos diversas parcerias com outras Casas Legislativas pelo país”, disse.

O presidente da Câmara Municipal de Bauru, Marcos Antônio de Souza (PSDB) agradeceu a parceria, que, segundo ele, facilitará o trabalho de comunicação no legislativo municipal. Ele espera que seja a primeira de muitas outras parcerias. “Esta assinatura é muito importante para que possamos caminhar juntos”, falou.

O diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, Mário Sérgio Gurgel, também falou da satisfação de



Novos equipamentos chegaram em março

celebrar mais esse convênio. “Tudo o que temos conseguido desenvolver é fruto do apoio incondicional da Presidência da Casa. O Legis Vídeo tem se tornado uma ferramenta de uso massivo e desafogou as atribuições da TV Assembleia. A ferramenta está em constante melhoria, embora esteja hoje muito bem posicionada. Acho que podemos evoluir para uma replicação desse sistema para outras Casas Legislativas que tenham interesse”, declarou.

Nos últimos anos, a Assembleia Legislativa do RN apresentou o e-Legis a outras casas

legislativas do país para compartilhar ferramentas tecnológicas desenvolvidas pela equipe de tecnologia da informação do parlamento potiguar. A Assembleia Legislativa de São Paulo foi a primeira. Em 2020, a casa paulista implantou a ferramenta voltada aos Recursos Humanos, desenvolvida pela ALRN e uma das mais eficientes e premiadas do país no âmbito do Legislativo. Um ano depois, em 2021, foi a vez da Casa Legislativa de Santa Catarina.

O e-Legis é um sistema eletrônico que gerencia a atividade legislativa de forma digital,

desde o nascimento no gabinete parlamentar, seguindo todo o trâmite, até o arquivamento, sem uso de papel e sem possibilidades de extravio ou interferência manual. Além disso, a ferramenta conta também com a integração ao Sistema de Deliberação Remota (SDR), desenvolvida pela equipe da ALRN e que viabilizou de maneira revolucionária a atividade parlamentar de maneira virtual e remota, adequando-se à realidade da pandemia do novo coronavírus.

Já o Legis Vídeo é um acesso digital que armazena e dis-

ponibiliza todas as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, frentes parlamentares e reuniões de comissões. A ferramenta também conta com um recurso de edição, que permite ao internauta separar e fazer o download somente do trecho que tiver interesse. Além disso, a busca também é facilitada e intuitiva, sendo de fácil acesso a qualquer usuário. Para utilizá-la, basta acessar o site da Assembleia Legislativa ([www.al.rn.leg.br](http://www.al.rn.leg.br)) e clicar no ícone disponibilizado para direcionar ao Legis Vídeo.

## Assembleia Legislativa do RN participará do maior evento de inovação pública da América Latina

O trabalho de modernização da gestão da atividade legislativa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte segue colhendo frutos posi-

vos. Em agosto, as funcionalidades do sistema e-Legis serão apresentadas no maior evento de inovação pública da América Latina: a 8ª edição da

Semana de Inovação, da Escola Nacional de Inovação Pública (Enap).

O evento acontecerá entre os dias 8 e 10 de agosto, de

forma híbrida com atividades presenciais, com algumas transmissões simultâneas online em Brasília, Rio de Janeiro e Recife.

# Concurso público da Assembleia Legislativa tem inscrições abertas

*Edital do certame foi publicado no último dia 22, com a oferta de 47 vagas para níveis médio e superior*

A atual gestão da presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte tem como um dos pilares, dentro da organização do planejamento estratégico, o fortalecimento do servidor público, que trabalha cotidianamente no aperfeiçoamento das atividades do Legislativo potiguar. Nesse sentido, desde 2015, o segundo concurso público da ALRN esteve como meta e vinha sen-

do pauta prioritária dos últimos meses. No dia 22 de junho, o edital foi então publicado, com a oferta de 47 vagas para níveis médio e superior. As inscrições ficam abertas de 23 de junho a 25 de julho.

As provas estão previstas para o dia 25 de setembro e serão aplicadas nas cidades de Caicó, Mossoró, Natal e Pau dos Ferros. Sobre as cotas para pessoas negras, a comissão do con-

curso acatou a recomendação em cumprimento à Lei Estadual 11.015/2021, sancionada no final de 2021 e que trata sobre a garantia de 20% das vagas nos concursos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estadual para a população negra.

De acordo com o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), “o concurso deve atrair muita atenção, a expectativa

é que tenhamos de 35 a 40 mil inscritos e espero ter a chance de ainda nesta gestão convocar os primeiros aprovados”.

A validade do concurso é de um ano, podendo prorrogar uma vez e por igual período. As vagas estão distribuídas da seguinte forma: Processo Legislativo (nível superior em qualquer área) - dez vagas; Arquitetura (graduação em Arquitetura) - uma vaga; Contabilidade (gra-

duação em Contabilidade) - três vagas; Engenharia Civil (graduação na área) - uma vaga; Engenharia Elétrica (graduação na área) - uma vaga; Medicina (graduação em Medicina e especialização em Cardiologia) - uma vaga; Administração (graduação na área) - três vagas; Tecnologia da Informação (graduação na área ou qualquer curso superior com pós-graduação em TI) - quatro vagas.



Segundo concurso da ALRN deve acontecer em setembro



Comissão da AL acompanha a execução do certame

## Confira a linha do tempo das ações internas na Assembleia Legislativa referentes ao concurso até a publicação do edital

Em 13 de julho de 2021, foi divulgada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa a formação da Comissão Especial do Concurso Público, tendo como presidente o Procurador-Geral da Casa Legislativa, Sérgio Eduardo da Costa Freire. Formada por servidores da ALRN, a Comissão seria, a partir de então, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do certame e pela elaboração do Termo de Referência para a contratação da empresa organizadora.

Inicialmente, havia uma projeção de abertura de vagas para o cargo de Polícia Legislativa, mas não foi possível contar isso, fundamentado na orientação do Tribunal de Contas do Estado, que se baseou na Lei Federal nº 173/2020, que proibia a criação de novos cargos, em virtude da pandemia.

Em agosto de 2021, aconteceu a reunião de instalação da

Comissão Especial. Na ocasião, foi definida uma minuta provisória do Termo e já havia a expectativa de que o edital do concurso fosse publicado no primeiro semestre de 2022.

A Comissão elaborou, então, o Termo de Referência para a contratação da empresa organizadora e, em setembro de 2021, a Assembleia Legislativa publicou autorização para realização de concurso público.

No dia 13 de outubro de 2021, durante reunião da Comissão, o Termo de Referência para contratação da empresa foi entregue para ser publicado. Enquanto esperavam as ofertas das empresas interessadas em organizar o concurso, a Comissão buscou ouvir instituições, como os Conselhos Regionais de Medicina e de Engenharia, para discutir algumas funções que seriam incluídas no edital, atendendo a questões específicas de atividades profissionais



Inscrições do concurso público da ALRN seguem abertas até 25 de julho

dos cargos.

A Comissão Especial visitou as bancas que obtiveram as melhores posições na licitação para a realização do certame. A presença dos membros da Comissão na sede das bancas teve como objetivo testar as informações contidas nas propostas

apresentadas por elas. No dia 20 de abril deste ano, o nome da empresa vencedora do processo foi anunciado e a banca, portanto, foi definida, o Instituto AOCF.

No dia 31 de maio, a Comissão Especial do Concurso da Assembleia Legislativa do

Rio Grande do Norte (ALRN) reuniu-se com a diretoria do Instituto AOCF para deliberar adequações para o concurso e definir o cronograma de atuação dos meses seguintes.

O contrato com o Instituto AOCF, responsável pelo concurso público, foi assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), no dia 14 de junho. Participaram do momento, além do presidente da ALRN, o diretor do Instituto AOCF, Wesley Fernando de Faria, e o procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire, que também é o presidente da Comissão Especial do Concurso da Assembleia Legislativa.

Com o contrato assinado, restava a publicação do edital, que aconteceu no dia 22 de junho, e está com as inscrições abertas até 25 de julho.



Presidente Ezequiel Ferreira  
e procurador Sérgio Freire

# Manual das Eleições tira dúvidas e será lançado em formato digital

*Guia busca garantir a proteção de dados e a lisura do processo eleitoral, esclarecendo informações sobre a LGPD*

A Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte produziu e lançou o Manual das Eleições, para o esclarecimento de dúvidas acerca do pleito deste ano. Os principais tópicos do material foram abordados durante o seminário “Eleições 2022: Visão Prática”, que aconteceu em parceria com a Escola da Assembleia no começo deste mês.

Esta é a terceira edição do informativo, que já havia sido publicado em 2018 e 2020. “É um manual atualizado com toda a

parte de jurisprudência e feito na expectativa de esclarecimento, não só aos políticos mas à sociedade. O intuito é que a sociedade tenha conhecimento sobre o que pode e o que não pode, para que possa inclusive denunciar as incorreções. Por exemplo, a propaganda eleitoral antecipada”, contou o procurador-geral da Assembleia Legislativa, Sérgio Freire.

Entre tópicos costumeiros e novidades, o guia foca na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 2020.

“Essa lei veio para todos. Há uma fiscalização a nível nacional sobre o tratamento de dados, com o Tribunal Superior Eleitoral. Os dados são informações como nome, endereço, CPF, enfim. Qualquer uso específico precisa ser autorizado”, pontuou Sérgio.

No geral, o conteúdo é voltado para o funcionamento do processo eleitoral brasileiro. “Mas também chamamos a atenção para pontos específicos, como o uso da mala direta, que às vezes é encaminhada para eleitores”, continuou o procurador-geral.

Na próxima semana, o Manual das Eleições, já disponível em versão impressa, deve ser disponibilizado em formato digital para os pré-candidatos, assessores e público em geral.

As orientações buscam garantir a proteção de dados, a privacidade das pessoas e a lisura do processo eleitoral, sem impedir a comunicação entre quem disputa o pleito e o eleitor, fundamentais ao processo democrático.

As questões sobre improbidade e inelegibilidade (repercussões da nova Lei de Improbida-

de Administrativa) também são abordadas, além da arrecadação e prestação de contas, contas bancárias específicas de candidatos e partidos, doações de campanhas pela internet e condutas vedadas para agentes públicos no período eleitoral.

No dia 2 de outubro os brasileiros vão às urnas para escolher presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. O eventual segundo turno para presidente e governador poderá ocorrer no dia 30 de outubro.

# Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais deve proteger direitos sobre informações pessoais

A LGPD (Lei nº 13.709/2018) foi a primeira legislação a regulamentar o tratamento dos dados pessoais no âmbito físico e digital. A matéria foi criada para dar direitos aos cidadãos brasileiros em relação à gestão dos seus dados em posse de terceiros, sejam entidades da administração pública ou empresas privadas.

A norma contém dispositivos fundamentais sobre a utilização abusiva de dados e a violação da privacidade, respeitando a transparência pública regida pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) em relação à coleta e à análise de informações privadas.

No âmbito da LGPD, o trata-

mento dos dados pessoais pode ser realizado por dois agentes de tratamento, o Controlador e o Operador. Além deles, há a figura do Encarregado, que é a pessoa indicada pelo Controlador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, o Operador, os (as) titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados

(ANPD).

A Lei estabelece, portanto, uma estrutura legal de direitos dos titulares de dados pessoais. Esses direitos devem ser garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais realizado pelo órgão ou entidade. Para o exercício dos direitos dos titulares, a LGPD prevê um conjunto de ferra-

mentas que aprofundam obrigações de transparência ativa e passiva.

Desde agosto de 2021, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode aplicar sanções a quem descumprir a LGPD. As punições devem contribuir para a proteção de dados pessoais e evitar casos de vazamentos.



Seminário sobre as eleições aconteceu no início de junho

# ALRN e Sebrae levam Sala do Empreendedor para todo estado

*Parceria segue cronograma inicial; projeto vai levar aos municípios ambiente voltado para a geração de negócios*

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte oficializou uma parceria e cooperação com o Sebrae/RN, objetivando apoiar e fortalecer os pequenos negócios no estado. A parceria será reforçada com a instalação de Salas do Empreendedor em todos os 167 municípios do Rio Grande do Norte, prevista para iniciar em julho deste ano.

O convênio segue de acordo com o cronograma inicial. “As licitações já estão rodando para a contratação de móveis, impressoras, entre outros. Os credenciados também já foram selecionados e estão em fase de contratação. A partir da próxima semana, os consultores começarão a atuar em todos os municípios potiguares”, confirmou o analista técnico da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae/RN, Thales Rodrigues.

Para o presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), é uma alegria levar a Sala do Empreendedor para os 167 municípios do Rio Grande do Norte, desburocratizando e gerando oportunidades para as pessoas que empreendem. “É também uma parceria com as prefeituras, fomentando a geração de emprego e renda. Esperamos colher muitos frutos”, disse o parlamentar.

Na prática, o projeto Sala do Empreendedor vai dar agilidade e levar informação aos 167 municípios do RN com a implantação de um ambiente voltado para a geração de negócios. “Será uma porta de entrada para os municípios onde o Sebrae não possui agências. A partir da sala do empreendedor teremos um parceiro em cada município. É uma facilidade, tornando o relacionamento



Para o presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira, é uma alegria levar a Sala do Empreendedor para os 167 municípios do Rio Grande do Norte

muito mais próximo”, explicou o diretor de operações do Sebrae, Marcelo Toscano.

Além da articulação política com os gestores municipais, a Assembleia do RN vai contribuir com o maquinário das salas. O Sebrae/RN será responsável pela implantação e acompanhamento do projeto. “A sala do empreendedor traz dignidade a quem empreende aqui no Estado. Agradecemos essa parceria e gostaria de reforçar que cada município também será nosso parceiro ao indicar e nomear um agente de desenvolvimento

que estará em contato conosco”, reforça João Hélio Cavalcanti, diretor técnico do Sebrae. Também caberá às prefeituras disponibilizar um espaço físico.

Também participaram da reunião, o chefe de gabinete da presidência, Isaías Cabral, diretor geral da presidência, Fernando Rezende, assessor jurídico do Sebrae, Deyvison Cabral, e o presidente do conselho do Sebrae, Itamar Maciel.

A Sala do Empreendedor estará conectada à Rede SIM, que é uma rede de simplificação. O empreendedor terá acesso a

um sistema conectado ao Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Tributação, Secretaria de Meio Ambiente e a Junta Comercial. Ou seja, toda uma estrutura de informação em rede de internet com esses órgãos e os canais do Sebrae, permitindo uma aproximação maior com as Agências Sebrae espalhadas pelo interior do Estado.

Em 2021, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte promoveu uma conquista histórica para os pequenos negócios, aprovando a Lei Geral das Micro e Pequenas Empre-

sas, que criou um ambiente favorável, simplificado e diferenciados para os pequenos negócios. “Uma luta histórica que vinha há décadas, antes mesmo da aprovação do Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa e Empresa de Pequeno Porte”, salientou Ezequiel Ferreira, ressaltando que a valorização do pequeno empreendedor é uma prioridade na atual gestão.

**PRÊMIO PREFEITO EMPREENDEDOR.** A Assembleia Legislativa, representada pelos de-

ALRN

putados Hermano Morais (PV) e Kleber Rodrigues (PSDB), participou da entrega do prêmio Prefeito Empreendedor Governador Cortez Pereira, promovido pelo Sebrae e realizado na sede do órgão. A solenidade aconteceu em maio e reuniu prefeitos, autoridades e imprensa.

Para o superintendente do Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Zeca Melo, o prêmio é fundamental para os gestores locais e a parceria com a Assembleia Legislativa essencial para a instalação de Salas do Empreendedor no Estado.

“Caberá às prefeituras disponibilizarem o espaço físico e, ao Sebrae, estruturá-los, adotando um modelo funcional, acolhedor e confortável, com mobiliário e equipamentos novos. Ou seja, toda uma estrutura de informação em rede de internet com os órgãos públicos e os canais do Sebrae, permitindo uma aproximação maior com as Agências Sebrae espalhadas pelo interior”, disse.

A XI edição do prêmio coroou gestores municipais que prestaram relevantes serviços às suas cidades. Nas categorias “empreendedorismo na escola” e “sala do empreendedor”, o premiado foi o prefeito Eugênio Parcelli, de São Paulo do Potengi. Na categoria “desburocratização”, o prêmio foi para o prefeito de Natal, Álvaro Dias. Já nas categorias “compras governamentais” e “cidade empreendedora”, o prêmio foi entregue ao prefeito de Acari, Fernando.

Os municípios de Currais Novos, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Parelhas e Acari foram contemplados com o prêmio nas categorias “governança regional” e “cooperação intermunicipal”. Já o prefeito de Lagoa Nova, Luciano Santos, foi agraciado com o prêmio na categoria “inovação e sustentabilidade”. Na categoria “marketing territorial e setores econômicos”, o prêmio ficou com o prefeito de São Gonçalo do Amarante, Paulo Emídio (em memória), representado pelo atual prefeito da cidade, Eraldo Paiva.



Prêmio foi entregue em maio com presença de autoridades



Deputado Kleber Rodrigues participou da solenidade

# TV Assembleia recebe 13 câmeras para modernizar as transmissões

*Câmeras robóticas foram instaladas para melhorar condições de operação, gravação e transmissão da emissora*

Dentro do processo de modernização da Assembleia Legislativa como um todo, a TV Assembleia, por intermédio da Fundação Djalma Marinho, adquiriu recentemente 13 câmeras robóticas que irão melhorar as condições de operação, gravação e transmissão da emissora.

Nesse processo, três câmeras foram instaladas numa das salas das comissões permanentes da Casa e outras três já estão em operação no Plenário. Além disso, serão instalados três equipamentos de filmagem na segunda sala das comissões, e os quatro aparelhos restantes serão colocados em funcionamento no auditório Governador Cortez Pereira.

No Plenário, as câmeras estão sendo utilizadas sobre tripés, nos mesmos pontos onde antes operavam as câmeras tradicionais, sob o comando da equipe

da TV Assembleia. Futuramente, os equipamentos serão instalados em pontos suspensos, com o auxílio de suportes, facilitando sua utilização por parte dos operadores.

“As câmeras robóticas representam modernização e avanço nas atividades da TV Assembleia. Operados a partir da sala de controle master da emissora, os novos equipamentos vão garantir total disponibilidade e maior agilidade na transmissão ao vivo das sessões plenárias e solenes, bem como das reuniões das comissões permanentes”, destacou o chefe da Divisão de Rádio e TV, Gerson de Castro.

Para que aconteça o mesmo processo na segunda sala das comissões e no auditório Cortez Pereira, a equipe da TV está aguardando a instalação de acessórios e da rede de dados, além das conexões internas.



Três câmeras foram instaladas e já estão em operação no Plenário



ALRN

# Escola da AL oferta vagas para mestrado e doutorado em Lisboa

*Estão abertas as inscrições para Mestrado e Doutorado em Administração Pública na Universidade de Lisboa*

A fim de dar continuidade aos processos de qualificação profissional dos seus servidores, um dos pilares do Planejamento Estratégico da atual gestão, a Assembleia Legislativa do RN, através de convênio entre a Escola da Assembleia e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP), está com inscrições abertas para Mestrado e Doutorado em Administração Pública.

Podem concorrer à seleção os servidores efetivos e estáveis. Inicialmente serão ofertadas duas 2 para Doutorado e 10 vagas para Mestrado e o período de inscrição encerra nesta quinta-feira, 30 de junho, na Central de Atendimento da própria Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte, na Rua Açu, nº 426, Bairro do Tirol, em Natal.

De acordo com o diretor da

Escola, professor João Maria de Lima, esses editais - juntamente com o edital para o curso de Mestrado em Gestão Pública, com início no segundo semestre deste ano e inscrições já encerradas - fazem parte de um plano de qualificação dos servidores efetivos da Casa.

“Trata-se de uma excelente oportunidade. Mais uma vez, a Escola da Assembleia se credencia a ofertar curso de pós-graduação e agora inovando com doutorado, haja vista que nós recentemente lançamos um processo seletivo para 10 vagas de mestrado na UFRN, então é mais uma oportunidade para o servidor efetivo ou efetivado da Casa tem para vencer e se qualificar cada vez mais”, destacou João Maria de Lima.

“Essa é mais uma ação que faz parte do nosso planejamento estratégico. A qualificação

dos servidores da Casa Legislativa tem sido uma das principais metas da atual Mesa Diretora, cujos frutos serão os benefícios advindos para os cidadãos através de uma melhor prestação de serviço”, destaca o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB).

A seleção dos candidatos será realizada em duas fases. A primeira fase será realizada internamente pela Escola da Assembleia, sem efeitos vinculativos, e acontece de 4 a 8 de julho. A segunda fase será realizada pelo próprio ISCSP-Lisboa, que fará o processo de seleção conforme os seus critérios para acesso aos cursos de Mestrado e Doutorado da Instituição.

A divulgação dos resultados da primeira fase será até o dia 13 de julho e será publicada no Boletim Oficial da Assembleia.



Ezequiel Ferreira e João Maria de Lima celebram parceria e apontam avanço





# Salão Nobre: um espaço aberto para a arte e a solidariedade

*Mostra fotográfica “Mães do Juvino” teve edição em junho; Salão também abriga Feirinha de Artesanato*

A mostra fotográfica itinerante “Mães do Juvino” chegou a sua sétima edição e mais uma vez, como em todos os anos, foi recebida pela Assembleia Legislativa. Sediada no Salão Nobre da Casa, a exposição é itinerante, composta por 30 quadros e revelam aspectos do dia a dia das internas de um dos abrigos de idosos mais antigos de Natal.

Os quadros são assinados pelo jornalista e fotógrafo Elias Medeiros, que ao longo dos últimos anos vem se dedicando a angariar o apoio de vários segmentos da sociedade para o Juvino Barreto. Nesta edição, recebeu doações de fraldas geri-

átricas, um dos itens de maior necessidade no dia a dia da instituição.

Devido à pandemia, a mostra aconteceu de forma online em 2020 e 2021 e desta vez ficou aberta para visitação pública de 6 a 16 de junho, das 8h às 14h. “Nosso objetivo principal com um evento como esse é sensibilizar a população quanto à necessidade de ajudar a manter o funcionamento do abrigo, promovendo uma corrente do bem e o engajamento em favor da instituição”, afirma o autor, que ao longo do ano realiza diversas outras ações em benefício do abrigo.

Elias frisou que o mais im-

portante é a mensagem que fica para quem visita a exposição: “Que o abrigo existe há 80 anos e para se manter precisa da ajuda de todos”, disse. No encerramento da mostra, a Irmã Lucimar Pereira, uma das gestoras, também agradeceu as doações: “Estamos muito felizes porque é um item que necessitamos muito, então conseguimos arrecadar esse e proporcionar mais conforto para os idosos”, finalizou.

A Mostra Mães do Juvino está percorrendo, durante cinco meses, locais como a Câmara Municipal de Natal, Centro Cultural da Justiça Federal, Partage Norte Shopping, Praia Shopping e o

Fórum Miguel Seabra, além da Assembleia Legislativa do RN.

**ARTESANATO.** É o Salão Nobre que também sedia, mensalmente, a Feirinha de Artesanato, organizada pelo Cerimonial da Casa. Após dois anos sem ser realizada dentro da sede do Legislativo, devido à pandemia, ela voltou ao espaço no mês de abril, com grande expectativa dos expositores e clientes.

As edições mais recentes estavam acontecendo no estacionamento da entrada principal da Casa.

Com suas cores e grande diversidade de produtos, ela é composta por arte em madei-

ra, vidro, objetos de decoração, trabalhos em pallets, crochês, tapeçarias, comidinhas. Para os mais vaidosos, oferece até análise cromática com consultoria de imagem e estilo.

E também produtos típicos do RN, acessórios pessoais, de cama, mesa e banho, entre outros, compõem o mix de produtos.

“Esta edição marcou o retorno da exposição às dependências da Casa, com a entrada do público externo, como também uma oportunidade de fomentar negócios para esses profissionais que foram muito sacrificados na pandemia”, destaca Juliana Marinho, coordenadora de Relações Públicas da ALRN.

ALRN



Feirinha de Artesanato acontece todos os meses



Jornalista e fotógrafo Elias Medeiros é responsável pela mostra itinerante "Mães do Juvino"



Irmã Lucimar Pereira, uma das gestoras do Instituto Juvino Barreto, agradeceu as doações



**VAMOS  
BLOQUEAR  
O MAU USO  
DAS REDES  
SOCIAIS.**

Uma tela pode esconder diversos perigos. O ataque virtual é apenas um deles, podendo levar à ansiedade, depressão e até o suicídio. Se você sofre com isso ou conhece alguém que passe por situação semelhante, busque acolhimento e denuncie. O crime virtual é previsto por lei, com pena de até um ano de reclusão e multa. Não se cale, compartilhe.



Rio Grande do Norte  
**Assembleia Legislativa**

[al.rn.leg.br](http://al.rn.leg.br)

**DISQUE 181**